



## Ata da 6ª Reunião do Comitê Gestor da Rede PNAFM II (COGEP)

### 1. DATA E LOCAL

**Data:**

09 a 11 de dezembro de 2013

**Local:**

Brasília - DF

### 2. PARTICIPANTES

Representantes dos Municípios integrantes do PNAFM II

Representantes da UCP/SE-MF

Representantes da Caixa Econômica Federal

Representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento

### 3. DIA 09/12/2013

Esta Ata registra o trabalho desenvolvido na 6ª Reunião do Comitê Gestor da Rede PNAFM 2ª Fase, realizada em Brasília – DF, no período de 09 a 11 de dezembro de 2013.

Dando início à reunião, foi composta a mesa de autoridades com o Sr. Elicio Lima, Superintendente Regional da Caixa Econômica Federal, Sr. Paulo Roberto Ledra, Coordenador-Geral da UEM Indaial/SC e Vice-Presidente do COGEP representando os municípios, Sr. Luiz Alberto de Almeida Palmeira, Coordenador-Geral da Unidade de Coordenação de Programas do Ministério da Fazenda e Presidente do COGEP representando a UCP, Sra. Fátima Cartaxo, Especialista Sênior do Banco Interamericano de Desenvolvimento e Sr. Adonias Santiago, Secretário de Estado da Fazenda do Distrito Federal.

Cada autoridade saudou os participantes, sendo que o Luiz Palmeira agradeceu à equipe da UEM Brasília pela ajuda na organização da reunião e à equipe do Serpro na presença do Marcos Sobrosa e equipe. Paulo Ledra disse da satisfação em estar à mesa substituindo o Falcão e aproveitou para realçar duas situações:

- 1) A importância dos municípios participarem das reuniões do COGEP;
- 2) A importância da UCP realizar missões nos municípios, pois a missão faz com que a coisa ande.

Os trabalhos técnicos foram iniciados com a palestra do Secretário Adonias Santiago do GDF sobre os tributos IPTU e ISS. O Secretário teceu algumas considerações e dentre elas, que o IPTU é um imposto complicado. Ele acha que o IPTU deveria ser um imposto federal para evitar a pressão da comunidade, principalmente sobre a elevação da base de cálculo. Ele apresentou algumas ideias do GDF e disse que foi feito o mapeamento de todas as unidades imobiliárias que tinham capacidade contributiva, resultando em 40% de redução no valor do imposto e também em isenção para a classe de baixa renda. Foi feito convenio com a UnB e com Cartórios para atualização de base de dados. Além disso, existe a proposta de isentar algumas áreas do DF (Estrutural e Itapoã) em virtude do gasto com Correios e lançamento ser maior do que o valor arrecadado.

No quesito cobrança judicial é avaliada a capacidade contributiva do cidadão e a capacidade de execução das varas de cobrança, pois só vale a pena cobrar de 5 mil em diante. No Programa **Recupera DF** 94 % do atendimento foi via web (12 mil atendimentos simultâneos). Através de convênio com o Banco do Brasil foi possível o pagamento através de cartão de crédito.

Em relação ao ISS, o Secretário Adonias informou que ele é o maior dos tributos municipais e que em 2012 arrecadou 5 bilhões de reais, sendo o DF a 3ª maior arrecadação do Brasil, com SP em primeiro e RJ em segundo lugar. Entre as melhorias implantadas no DF estão a Nota e o Livro Fiscal Eletrônicos. Além disso através de convênio com a Polícia Rodoviária Federal é possível saber todas as mercadorias que entrarão no DF nas próximas 72 horas.

Finalizando, o Secretário incentivou a união dos municípios e o investimento em tecnologia pois ela é a principal fonte de mudança, reduzindo trabalho, propiciando a troca de informações entre as prefeituras e ajudando na padronização de processos. O ideal seria usar uma base comum a todos e trocar aplicações, pois o imposto e as alíquotas são iguais, assim como as situações de evasão e sonegação.

Na sequência, o Controlador Geral da Secretaria de Transparência e Controle do GDF, Marcelo Lima, discorreu sobre o Observatório do Gasto Público, projeto agraciado com recursos do PNAFM, em parceria com a



## Ata da 6ª Reunião do Comitê Gestor da Rede PNAFM II (COGEP)

SEFAZ/DF. No início do projeto só havia auditoria mas buscou-se uma mudança para orientação e monitoramento do gasto.

As incumbências do Observatório são realizar visitas técnicas às Unidades do GDF, apoiar os gestores públicos, melhorar o processo de tomada de contas, disseminar informações, possibilitar a realização de pesquisas e a integração dos sistemas, entre outras.

A equipe do Observatório é composta por 4 auditores de controle interno com especialidade em TI.

Seguem alguns resultados do monitoramento feito pelo Observatório:

GDF tem mais de 200 mil vínculos empregatícios. Nesses vínculos é rastreado teto salarial, nepotismo, acumulação ilícita de cargos, participação societária indevida (servidores que gerenciam empresas, fiscais de contrato). A folha de pagamento do GDF está acima de 1,2 bilhão por mês. São 145 mil pessoas trabalhando em 94 órgãos. É feito monitoramento das horas extras, comparativo de proventos, movimentação de servidores (duas mil por mês).

São monitorados os seguintes sistemas:

SIGGO - Sistema Integrado de Gestão Governamental

SISGEPAT - Sistema Geral de Patrimônio

SIGMA - Sistema Integrado de Gestão de Material

Está em desenvolvimento:

Controle de gastos com combustíveis e lubrificantes;

Escala de serviço dos profissionais de saúde;

Consulta de despesas por unidade orçamentária.

Continuando a reunião, foi dado um feedback sobre monitoramento.

Martini lembrou que o monitoramento era semestral e que agora passou a ser trimestral, com uma metodologia melhor, e pediu que os municípios se manifestem sobre esta nova sistemática. Ele informou que dos 22 municípios, apenas 2 não apresentaram a planilha.

Lucia de SBC disse que receberam bem o Ofício com as novas regras sobre monitoramento e que ele está sendo denominado de “puxão de orelhas” porque tem o percentual de execução.

Rodrigo reforçou que o monitoramento está trabalhando sintonizado com a área financeira.

Campo Grande informou que teve sérios problemas com a mudança do secretariado e da equipe de licitação e que o Ofício ajudou para que o Secretário se conscientizasse sobre o PNAFM.

Patrícia de Indaial explicou que a execução está baixa porque o produto principal ainda não saiu.

Ledra de Indaial informou que o Termo de Referência do Geo será postado no CATIR e pediu que todos compartilhem.

Fortaleza disse que com a Visita Técnica feita pelo Martini tinha melhorado a situação e com o monitoramento de 3 em 3 meses vai melhorar ainda mais.

Biguaçu disse que o Ofício é uma ferramenta de pressão que mexe com os brios do gestor pois quando é apresentado um percentual de execução baixo, não fica só a equipe de servidores da UEM lutando sozinha, mas toda a Prefeitura se une.

Piçarras relatou problema com transição política e disse que o relatório de monitoramento serviu para mostrar ao prefeito e aos secretários a necessidade de apoio.

Margareth iniciou sua fala sobre o projeto PNAFM de Brasília apresentando a equipe da UEM. Em seguida, mostrou um organograma com as 3 Secretarias de Estado e as competências das gerências. Ela forneceu dados sobre o projeto que contava com 6 produtos inicialmente e agora através da 4ª revisão ficou com 3 produtos. O produto “Parque tecnológico modernizado” está sendo feito em parceria com a STC/DF. No produto “Atendimento ao contribuinte” padronizado e modernizado, 10 agências de atendimento serão reformadas.

Em relação ao produto capacitação, a intenção original da SEFAZ era contratar a UnB. Como não foi possível, foi feito contato com a ESAF para tentar cumprir os 10 % obrigatórios do projeto.



## Ata da 6ª Reunião do Comitê Gestor da Rede PNAFM II (COGEP)

Após essa apresentação foi encerrado o primeiro dia da reunião.

### 4. DIA 10/12/2013

O segundo dia da reunião iniciou-se com uma apresentação sobre o sistema SEEMP pelo Alexandre Melillo. Ele comentou que o sistema deveria ter entrado no ar em Abril de 2012 e que no início foi destinado apenas ao PNAFM 1. Atualmente ele está sendo desenvolvido para abranger vários projetos. A UCP em conjunto com as UEM estabelecerá um cronograma para que os municípios comecem a usar o sistema.

Marcos Sobrosa passou um filme institucional sobre os produtos do Serpro para o Governo Federal: RENAVAM, emissão de passaporte, carteira de habilitação, Receitanet, SIAFI, SISCOMEX, software livre, Porto sem papel (atividades portuárias). Ele também falou da intenção de estender a prestação de serviços aos municípios, facilitada pela presença do SERPRO em todos os estados brasileiros.

Também foi mostrada a estrutura de segurança, especificamente as do SEEMP que serão criptografadas durante a tramitação na plataforma Java. As metodologias usadas são as de última geração, com 3000 desenvolvedores e 11 mil empregados.

Na sequência, Melillo apresentou aspectos gerais do SEEMP, o que já tem de funcionalidades como por exemplo o cadastro do projeto, e o que se terá a médio prazo. Mostrou uma tela especificada do sistema e como preenchê-la. Informou que tudo que é feito pelo usuário ou pelo gestor fica registrado no sistema no diário de ocorrências.

Lúcia de SBC disse que facilita o trabalho da UEM ter em um só lugar o acompanhamento do projeto, o orçamento, a parte financeira. Melillo respondeu que espera abranger todas essas informações no SEEMP. Pediu que as UEM enviem sugestões de aprimoramento do sistema. Ele mostrou o formulário para cadastro e acesso ao SEEMP. Rita de Indaial disse que o SEEMP lembra o sistema SICONV pelos tipos de perfil e perguntou se a Caixa terá acesso. Melillo disse que sim e que esse acesso deve ser ampliado. Margareth de Brasília perguntou se haverá integração com bases externas e Melillo disse que sim, principalmente com a parte financeira, SIAFI e registro orçamentário.

O próximo assunto abordado foi a revisão de projetos. Verônica da UEM/RJ falou sobre o preenchimento operacional da planilha SEEMP no que se refere à revisão do projeto. Ela mostrou o passo a passo da inserção da revisão no sistema. Lúcia fez um aparte dizendo que não divulga a possibilidade de revisar o projeto a todo momento para não dar a impressão de que não houve planejamento por parte do município na elaboração do projeto. Muitas revisões dificultam as licitações e o planejamento do orçamento.

Em seguida, Wilza apresentou dados sobre o curso “Gerenciamento de Projetos com foco no PNAFM” e pediu que os servidores municipais presentes preenchessem o formulário de avaliação do curso, visando o aprimoramento dos próximos cursos. Tereza de Campo Grande ressaltou que devido à grande quantidade de atividades em novembro e dezembro ficou difícil para as UEM participarem do curso. Fernando do Balneário Piçarras pediu para os municípios do PNAFM serem inseridos na Semana Orçamentária promovida pela ESAF tendo em vista que os municípios pequenos não tem muito acesso a esse tipo de informação especializada e essa seria uma excelente oportunidade.

Todos os presentes elogiaram a parte motivacional das psicólogas e Licia de Fortaleza sugeriu que todo o encerramento de reuniões do COGEP seja com uma palestra motivacional. Margareth elogiou a escolha do local em Florianópolis para a realização da parte presencial e sugeriu que façamos uma reunião do COGEP lá. Sérgio comentou que teve dificuldades na elaboração do material mas tudo foi superado quando viu a motivação do grupo.

Rodrigo disse que além das equipes das UEM, a UCP quer trazer para dentro do PNAFM os demais servidores da Prefeitura já que o projeto não é tocado somente pela UEM e sim por todas as Secretarias. Foi feita uma sugestão para que a capacitação seja realizada na mesma semana do COGEP.

Patricia de Indaial disse que o curso deveria ser primordial e dado logo no início de quem aderisse ao PNAFM. Continuando a reunião, Luiz falou sobre a prorrogação dos contratos informando que ela está atrelada ao



## Ata da 6ª Reunião do Comitê Gestor da Rede PNAFM II (COGEP)

comprometimento dos municípios na aceleração da execução. Ele pediu que os municípios solicitem a prorrogação do contrato até 28 de fevereiro/2014. Enquanto não for encerrada a negociação da 3ª. Fase do PNAFM não se pode adiar o prazo para execução do projeto.

Encerrado esse tema, foi a vez de Biguaçu apresentar seu projeto. Vanessa apresentou o valor do contrato e os 4 macros produtos que o compõem, todos com os Termos de Referência já prontos. Falou sobre a inauguração da nova Central de Atendimento ao Cidadão e sobre o portal de atendimento online que será disponibilizado em breve à população. Informou sobre a atualização do parque tecnológico com a compra de equipamentos e o equilíbrio das redes, com todos os sistemas em fibra ótica. Relatou que as compras em Biguaçu são planejadas para os próximos 3 anos. O Escritório de projetos capacita inclusive os Secretários e cada Secretaria tem um coordenador para ser disseminador do conhecimento. Os projetos tem que se adequar as normas do ODM (Objetivos do Milênio). Finalizando, ela ressaltou que Biguaçu usa o PNAFM não só como fonte de financiamento mas como mudança de mentalidade.

O próximo tema da reunião foi apresentado pelo AFRFB Gilberto Carreiro que falou sobre a parceria que a Receita Federal do Brasil pretende fazer com os municípios, visando a redução de gastos. Inicialmente ele apresentou uma série de legislações sobre as competências da União e da RFB. Em seguida discorreu sobre as áreas onde poderia haver a parceria, ou seja: cadastro, informações econômico-fiscais, integração, cooperação técnica, assistência mútua, ação conjunta, etc. Todas as ações seriam feitas através de convênios e assinaturas de protocolos.

Ele citou como exemplo a emissão de certidão negativa que no caso abrangeria as 3 esferas dos Fiscos, a declaração única dos tributos, etc. A cooperação fiscal será iniciada através da demanda de um município, depois serão feitas oficinas para mapeamento de parcerias através de grupos de trabalho, que serão estabelecidos fisicamente nas Delegacias da Receita Federal por todo o país.

Gilberto esclareceu que os projetos sociais dos municípios poderão receber mercadorias apreendidas pela Receita, a título de doação. Luiz explicou que tudo será feito através do COGEP para que não haja desvio dos bens cedidos.

Será construída uma proposta de parceria que será apresentada posteriormente à Receita Federal.

Encerrando a programação do dia, os participantes realizaram visita à Agência de atendimento da SEFAZ/DF no Setor de Indústria e Abastecimento.

### 5. DIA 11/12/2013

Iniciando o terceiro e último dia da reunião, ficou decidido que o Rio de Janeiro fará uma avaliação sobre preços de diárias nos hotéis para se posicionar se será ou não o município a sediar a 7ª Reunião do COGEP, que deverá acontecer em abril ou maio de 2014. Luiz informou que devido à realização da Copa do Mundo e das eleições é bem possível que só façamos duas reuniões no exercício de 2014.

Na sequência Melillo apresentou um resumo sobre as 19 visitas técnicas realizadas no 3º Ciclo. Dos 9 municípios presentes só o RJ ainda não foi visitado.

Ele relatou os assuntos tratados nas visitas, dentre eles: uso pleno da legislação nacional, prorrogação do prazo do projeto, melhorias para o PNAFM 3, aquisições e monitoramento, patrocínio institucional, relacionamento município-Caixa, capacitação, reforço à estrutura da UEM, gestão técnica e financeira.

A proposta para 2014 é fazer duas visitas sendo uma local na UEM e uma vinda à Brasília.

RJ sugeriu que durante a visita técnica seja promovido encontro com as equipes da Prefeitura para checagem de prazo e com os gerentes das áreas com seus produtos. Verônica explicou que a UEM tem apoio institucional mas a relação com os gerentes pode ser fortalecida. Melillo então propôs um agendamento com mais antecedência para poder ser marcada essa reunião com os gerentes.

Ele informou que a UCP tentará otimizar a vinda das UEM com outro evento para evitar desperdício de tempo e dinheiro. SBC colocou que devido ao calendário intenso de 2014 a vinda à Brasília será difícil mas a visita ao



## Ata da 6ª Reunião do Comitê Gestor da Rede PNAFM II (COGEP)

município será muito bem vinda. Luiz pediu que as UEM se manifestem sobre o formato da visita que está sendo feito pela UCP para que possamos aprimorá-la.

Biguaçu disse que a visita ajudou e que é necessária uma certa pressão, principalmente quando o Secretário está presente. A visita serve para fazer ajustes técnicos no projeto.

Patrícia disse que Indaial mantém um diálogo intenso com a UCP e que na visita seria interessante envolver outros servidores como licitadores, por exemplo.

Melillo então confirmou que serão dois momentos: uma visita formal e outra com os gestores e executores.

Ledra disse que é importante que a visita seja de um dia inteiro. Fechando o assunto, Luiz combinou que o tempo da visita será ajustado à necessidade de cada município, o qual ficará encarregado de definir quem serão os atores locais que participarão da missão, combinando com os técnicos da UCP.

Sérgio Martins iniciou sua fala mostrando que dos 22 municípios apenas 2 não solicitaram a antecipação de desembolso: Barra Mansa e Mesquita. Ele alertou para as datas de vencimento das CRP de cada município, pois com a CRP vencida é proibido repassar recursos. Sérgio sugeriu que os municípios busquem ajuda sobre esse assunto junto às suas procuradorias e se não houver uma solução técnica, que a CRP seja emitida por decisão judicial.

Sérgio informou que por motivos internos burocráticos do MF, a transferência dos recursos só será feita no dia 2 de janeiro de 2014 com a emissão da Ordem Bancária e que os recursos chegarão na UEM no dia 4 de janeiro/2014.

Com as eleições não haverá repasse de recursos de julho até novembro de 2014.

O prazo para entrega das Demonstrações Financeiras (básicas, complementares e notas explicativas) é 31/01/2014. Ele recomendou que atentem para as recomendações de auditoria. Também pediu que os municípios façam download na página da UCP para a elaboração da programação orçamentária e financeira.

Sérgio finalizou informando que naqueles municípios que foram a São Paulo já foi feita a conciliação financeira.

Na sequência foi feita a eleição do novo presidente municipal, sendo candidatos os Coordenadores Margareth de Brasília, Paulo Ledra de Indaial, Vanessa de Biguaçu e Tereza de Campo Grande. Foi eleita Margareth como presidente e Paulo Ledra como vice-presidente.

A apresentação do André Macedo da ABRASF, ex-Secretário de Finanças de Natal/RN foi sobre as percepções do seminário "Desafios do IPTU no Brasil".

Inicialmente André falou sobre a ABRASF que é composta por um fórum de secretários e 11 grupos técnicos que desenvolvem estudos sobre as finanças municipais.

Um estudo resultante do Seminário realizado em Brasília chegou à conclusão que o cadastro imobiliário de várias cidades está desatualizado levando ao descrédito do IPTU. André crê que através do PNAFM que incrementou o geoprocessamento houve uma melhoria no cadastro mas esta não é a realidade da maioria dos municípios brasileiros. Campo Grande foi citada como exemplo no recolhimento do IPTU.

André ressaltou que o IPTU é o imposto que tem mais potencial de arrecadação e que para melhorá-lo é preciso haver mudança nas normas e na comunicação, entre outros. Já se pensa em tornar o IPTU um tributo declaratório, ou seja, o contribuinte declararia o valor de seu imóvel. Outras medidas seriam: a transparência no uso do recurso arrecadado com o IPTU, a melhoria da educação fiscal, a atualização da planta genérica de valores e do cadastro imobiliário, a capacitação dos servidores com especialização em cadastro, a aquisição de tecnologia, entre outras.

André disse que o IPTU pode servir como ferramenta de planejamento e reorganização urbanos e que deve haver a integração entre os fiscos para melhorar a cobrança. E se for preciso usar a coerção na cobrança do IPTU.

A última fala foi da Especialista Sênior do BID Fátima Cartaxo cujo tema da palestra foi "BID e PNAFM - mais



## Ata da 6ª Reunião do Comitê Gestor da Rede PNAFM II (COGEP)

efetividade e melhores resultados”. Inicialmente ela mostrou os objetivos da Divisão de Gestão Fiscal e Municipal do BID e gráficos com os valores emprestados pelo BID aos Estados (82%), Municípios (13%) e à União (5%).

Depois falou sobre a proposta de fortalecer o COGEP e o componente nacional sem duplicar esforços, utilizando o que já está pronto. Ela propôs uma reunião em janeiro/2014 em Brasília, com a participação do MF, BID, e 1 ou 2 municípios para fazer um plano de trabalho. Dra. Fátima mostrou o valor agregado aos projetos: estímulo à capacitação e aprendizagem, atenção ao risco e foco nos resultados. A intenção é disseminar as melhores práticas para outros municípios e até para outros países. Serão utilizados recursos do BID na elaboração de estudos e na qualificação do debate. Será dado apoio institucional e capacitação para a melhoria da gestão dos projetos.

Ficará como responsabilidade dos municípios:

Capacitação do quadro técnico para uso da tecnologia pelas áreas tributárias

Capacitação do corpo fiscal com foco na inteligência fiscal

Instituição da educação fiscal

Definição das melhores ferramentas tecnológicas que seriam usadas por todos os municípios

Desenvolvimento de modelo padrão de código tributário, beneficiando municípios pequenos.

Como responsabilidades da União teríamos:

Capacitar municípios com capacidade reduzida de gestão do IPTU.

Acordo nacional para a RFB disponibilizar dados de interesse dos municípios.

Dra. Fátima colocou os desafios do COGEP e do componente nacional para 2014:

Acelerar a execução, qualificar produtos e resultados, registrar o que de bom foi feito, criando-se um legado do PNAFM através de pequenos filmes mostrando as Centrais de Atendimento, fazendo o intercâmbio de informações através de um bom site, compartilhando Termos de Referência, etc.

Finalizando Dra. Fátima solicitou que os municípios se manifestem sobre essa proposta.

Luiz Palmeira agradeceu o empenho da UEM Brasília na realização desse evento e encerrou a 6ª reunião do COGEP.